

Curso para renovar habilitação pode ser dispensado

Proposta que dispensa exigência de cursos de direção defensiva e de primeiros socorros foi aprovada pela Comissão de Justiça. **Página 5**



Presidida por Antonio Carlos, a Comissão de Justiça aprova uma série de propostas

Orçamento impositivo dá mais um passo na Comissão de Justiça

O orçamento impositivo, previsto em proposta de emenda constitucional do senador Antonio Carlos Magalhães, deverá ser antecedido de lei complementar estabelecendo prazos, pro-

cedimentos e regras para adoção do novo sistema. A Comissão de Justiça aprovou ontem sugestão nesse sentido feita pelo líder do governo, Aloizio Mercadante. **Página 4**

Minirreforma eleitoral vale para outubro?

Senadores consultam o TSE sobre aplicação de normas que tornam mais transparentes as contribuições aos candidatos



Quintanilha, Jucá, José Jorge, Renan, Gilmar Mendes, Agripino e Suassuna: projeto aprovado pelo Senado chega ao Tribunal Superior Eleitoral

O conjunto de medidas que visa reduzir gastos nas campanhas, aumentar transparência nos financiamentos e ampliar penalidades para quem desrespeitar a legislação – conhecido como minirreforma eleitoral – pode ser aplicado ao pleito deste ano? Em busca de resposta a essa pergunta, o presidente do Senado, Renan Calheiros, acompanhado do relator da proposta, José

Jorge (PFL-PE), e de líderes partidários, esteve ontem à noite com o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Gilmar Mendes. Eles entregaram ao ministro o projeto aprovado pelo Senado na terça-feira.

Renan ressaltou que a proposta, de autoria de Jorge Bornhausen (PFL-SC), é o resultado do esforço do Congresso em dar respostas à sociedade, reduzindo gastos nas campanhas eleitorais

e aumentando a transparência nos financiamentos.

– Além dessas modificações, o Congresso dará continuidade às mudanças no processo eleitoral, a fim de garantir igualdade de oportunidade aos candidatos, fazendo o que a sociedade quer que se faça – disse.

José Jorge explicou que Gilmar Mendes vai esperar a sanção do projeto para que o TSE possa fazer uma análise criteriosa de cada uma das

mudanças legais. Segundo o senador, os artigos que o tribunal julgar passíveis de regulamentação imediata já poderão valer para as eleições deste ano.

Na avaliação de Renan, a maior parte do projeto trata de mudanças na propaganda eleitoral, e não no processo eleitoral propriamente dito. Para alterar o processo eleitoral, a Constituição federal determina antecedência mínima de um ano ao pleito.

Senadores cobram solução para a Varig

Com apoio de vários parlamentares, Jefferson Péres pediu que o governo interfira nas negociações para salvar a companhia aérea da asfixia financeira. Ele leu artigo de Lula, de 2001, em defesa do apoio oficial às companhias aéreas. **Página 7**

Fim de taxas pode prejudicar alunos carentes

Pequenas taxas, como a de expedição de diplomas, permitem à universidade manter programas para alunos carentes. Projeto que elimina a cobrança, pretensamente para beneficiar todos os estudantes, foi discutido na Comissão de Educação. **Página 8**

Na agenda de votações, mais duas medidas provisórias destinam recursos a ministérios: uma para vítimas de enchentes e estiagens e outra para obras emergenciais de urbanização

Medida que corrige tabela do IR tranca a pauta do Plenário

A pauta de votações do Plenário do Senado voltou a ficar obstruída por medidas provisórias (MPs) com prazo esgotado. Foram lidas ontem comunicações da Câmara remetendo aos senadores três novas MPs, entre elas a de número 280/06, que reajusta em 8% a tabela de Imposto de Renda Pessoa Física e as deduções de base de cálculo, a partir de 1º de fevereiro de 2006.

O trancamento da pauta ocorre três sessões depois que os senadores conseguiram votar em um dia 94 matérias, acumuladas devido a medidas provisórias. Com o bloqueio da agenda, o Plenário não

pôde apreciar ontem os quatro itens da ordem do dia.

A MP 280/06 foi modificada pelos deputados, transformando-se no PLV 9/06. A Câmara aceitou uma emenda que aumentou de seis para oito o número de parcelas que o contribuinte terá para pagar o imposto que restar quando fizer sua declaração anual. Essa alternativa, se confirmada pelos senadores e não for vetada pelo presidente da República, passa a valer a partir de 2007.

Com a implementação do reajuste da tabela, o limite para a isenção do Imposto de Renda subiu de R\$ 1.164 para R\$ 1.257.

As outras duas medidas provisórias que chegaram ao Senado abrem créditos extraordinários para ministérios. A MP 278/06 destina R\$ 80 milhões para o Ministério da Integração Nacional, para atendimento das populações vítimas de estiagens e de enchentes ocorridas no início do ano nas regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste.

A MP 279/06, que foi modificada pelo PLV 8/06, destina R\$ 890 milhões ao Ministério das Cidades para a realização de obras emergenciais de urbanização e construção de moradias para famílias de baixa renda.

Programa de formação para câmaras do Ceará

O 1º secretário do Senado, Efraim Morais (PFL-PB), assinou protocolo de intenções com a União dos Vereadores do Ceará (UVC) para desenvolver programas de formação, aperfeiçoamento e especialização técnica de recursos humanos das câmaras municipais daquele estado. Esses projetos serão desenvolvidos pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), pela Comunidade Virtual do Poder Legislativo (Interlegis) e pela Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis).

De acordo com o protocolo, essas instituições devem facilitar a requisição, transferência, alocação ou liberação de seus técnicos para a realização de cursos, seminários, simpósios e outras



Vânia, Deuzinho, Efraim, Florian, Damaceno e Salmito, durante assinatura de convênio

atividades dessa natureza. O compromisso foi assinado ainda pelo diretor-geral do Senado, Agaciela da Silva Maia, e pelo presidente da UVC, Francisco Deuzinho de Oliveira Filho. Também prestigiaram a solenidade Vânia Maione, vice-reitora da Unilegis; Florian Madruga, diretor do ILB; Ale-

xandre Damaceno e o vereador Francisco Salmito.

As entidades estabelecerão meios de intercâmbio de conhecimentos, informações e pesquisas científicas. Parlamentares e servidores terão acesso a seminários, cursos regulares, cursos de pós-graduação e outros eventos.

Ao completar 358 anos, Exército recebe homenagem do Senado

A pedido de Romeu Tuma (PFL-SP), o Senado encaminhou voto de louvor e apresentou congratulações ao Exército brasileiro, que completou 358 anos ontem. A data de 19 de abril marca a vitória brasileira na 1ª Batalha dos Guararapes, em 1648, quando índios, brancos e negros uniram-se para expulsar os holandeses que dominavam o Nordeste.

– Nos últimos dias tivemos mais um exemplo da importância do Exército brasileiro para a soberania nacional. A força terrestre que atua na região amazônica entrou em combate com colombianos que contrabandeavam armas. Houve um confronto armado que



Genádio Magela

Pedido de envio de voto de louvor ao Exército foi apresentado por Tuma

terminou com a morte de um dos contrabandistas e a prisão dos demais – descreveu Tuma.

Marco Maciel (PFL-PE), Roberto Saturnino (PT-RJ) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) também saudaram o Exército.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário discute mudanças nas regras eleitorais

A proposta que mantém a possibilidade de candidatura dos substitutos de prefeitos, governadores e presidente da República nos seis meses que antecedem às eleições, desde que eles permaneçam no máximo 15 dias no cargo durante o período (PEC 30/02), continua em discussão em primeiro turno no Plenário, que realiza sessão às 14h.

Roberto Teixeira deve depor na CPI dos Bingos

O advogado Roberto Teixeira, compadre do presidente Lula, é esperado pela CPI dos Bingos às 10h30. Ele faltou às duas últimas convocações. Teixeira é acusado de montar esquema para arrecadar, irregularmente, recursos para caixa dois do PT, usado em campanhas eleitorais. O esquema teria sido colocado em prática no final dos anos 90, junto a prefeituras administradas pelo partido em cidades do interior de São Paulo.

Direitos para aprendizes

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se hoje às 10h30. Faz parte da pauta do colegiado a proposta que garante jornada de trabalho reduzida aos aprendizes como forma de garantir a conclusão do ensino médio.

Mudanças no PPA

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) reúne-se às 10h. O relatório com modificações ao Plano Plurianual 2004/2007 (PLN 41/05) é um dos temas na pauta. Essa é a primeira reunião sob a presidência de Gilmar Machado (PT-MG).

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciela da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich e Silvia Gomide (interina) (61) 3311-1670

Edição: Rafael Costa e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Tião Viana, Efraim Morais, João Alberto Souza, Romeu Tuma, Edison Lobão, Mão Santa e Gilvam Borges



Roosevelt Pinheiro

Para César Borges, prefeito de Salvador estaria apoiando Lula em troca de verbas

João Henrique é chantageado pelo PT, diz César Borges

Ao denunciar que o prefeito de Salvador, João Henrique Carneiro, estaria sendo chantageado pelo PT para apoiar a candidatura de Jaques Wagner a governador e do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à reeleição, César Borges (PFL-BA) cobrou uma posição firme do chefe do Executivo municipal. Os petistas, disse, estariam ameaçando cortar verbas do metrô caso o prefeito não apoie Lula e Wagner.

César Borges lembrou que, quando esteve em Salvador, Lula prometeu verbas para prosseguir as obras do metrô e, em seguida, o prefeito anunciou seu apoio à reeleição do presidente.



Roosevelt Pinheiro

Atos do major Curió contra garimpeiros de Serra Pelada foram criticados por Ana Júlia

Ana Júlia: prefeito fecha cooperativa de garimpeiros

Ana Júlia Carepa (PT-PA) denunciou em Plenário atos autoritários que teriam sido praticados pelo prefeito de Curionópolis (PA), major Curió, contra a Cooperativa dos Garimpeiros de Serra Pelada. O prefeito, informou a senadora, perdeu o controle da diretoria da cooperativa em eleição na qual participaram mais de 6 mil associados.

– Mais uma vez a atual diretoria da cooperativa não aceitou a derrota e fechou a cooperativa levando veículos e sabe-se lá mais quais bens – disse.

A senadora anunciou projeto do governo federal para conceder exploração do ouro de Serra Pelada pela cooperativa de garimpeiros.

Proposta de Camata, elaborada a partir de sugestões de secretários estaduais de saneamento, visa aperfeiçoar o modelo de prestação de serviços no setor

Renan promete agilizar exame de regras para o saneamento básico

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem o presidente da Associação Brasileira de Agências de Regulação (Abar), Álvaro Otávio Vieira Machado, que, acompanhado de dirigentes de outras associações, veio pedir a aprovação do projeto de lei que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. O PLS 155/05 é de autoria do senador Gerson Camata (PMDB-ES).

Ao lado dos senadores Ney Suassuna (PMDB-PB) e Camata, o presidente do Senado prometeu apressar a votação da matéria e explicou que,

na Casa, não existem projetos engavetados. “Nós aqui conseguimos votar tudo, inclusive a reforma tributária”, afirmou Renan.

A proposta de Camata tem origem em sugestão do Fórum de Secretários Estaduais de Saneamento Básico e por outras entidades do setor. A iniciativa visa aperfeiçoar o modelo institucional de prestação do saneamento básico no país, mediante a determinação de normas claras que reduzam as incertezas existentes na relação entre o poder público e os prestadores de serviço.



Jane Araújo

Renan recebe Álvaro Machado, presidente da Abar

“Verticalização atrapalha candidatura própria”

Renan Calheiros participou ontem da reunião em que o PMDB discutiu se terá candidatura própria à sucessão presidencial. Ao lado dos pré-candidatos Anthony Garotinho e Itamar Franco, o presidente do Senado defendeu sua posição contrária ao lançamento de candidato próprio do partido.

– O problema não é ter candidato próprio. O problema é que todos estamos obrigados a enfrentar, em cada estado, a verticalização, cuja gênese ocorreu quando o processo eleitoral já estava em curso. Se tivermos candidato próprio à Presidência da República, vamos fazer nosso partido encolher como nunca encolheu em sua história – argumentou.

Ele também afirmou que esse conflito intrapartidário faz com que o PMDB corra o risco de ficar engessado nos estados, daí por que ele entende que a convenção nacional é o melhor foro para dirimir a questão.

– O que importa é a unidade, é a certeza de que temos de preservar o partido, que continua a ser o partido com maior capilaridade no Brasil – disse.

Renan assinalou que mantém essa opinião em todas as suas declarações. “Tenho exercido o equilíbrio, tenho defendido a independência do Legislativo. Quando o governo enviou ao Congresso o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias, com um dispositivo assumindo o poder

para executar o Orçamento mesmo se o Legislativo não aprová-lo, eu reagi com veemência”.

Renan fez uma indagação sobre qual o partido que não gostaria de ter um candidato próprio, que fosse competitivo e capaz de conseguir a vitória. “Mas, lamentavelmente, essas condições não estão criadas no PMDB”, frisou.

Antes dele, Pedro Simon (PMDB-RS) foi aplaudido ao preconizar o lançamento de um candidato próprio. Para Simon, essa candidatura, em qualquer hipótese, seria vantajosa.

– Se tivermos candidato próprio, ou ganhamos, ou perdemos, mas, na pior dessas hipóteses, vamos decidir quem vai ganhar – observou Pedro Simon.

Para Mão Santa, eleição sem PMDB é como Copa sem Seleção Brasileira

Ao defender a candidatura própria do PMDB à Presidência da República nas próximas eleições, o senador Mão Santa (PMDB-PI) disse desejar que o partido “continue grandioso”.

Da tribuna, ele afirmou que uma eleição presidencial no Brasil sem um candidato próprio do PMDB é como uma Copa do Mundo sem a participação da Seleção Brasileira de Futebol.

– Não teria graça. Que sentido tem uma eleição no Brasil sem o PMDB? – afirmou Mão Santa.

O senador elogiou o presidente nacional da legenda, Michel Temer, por defender o lançamento de um candidato do partido à Presidência. Mão Santa elogiou também o colega Pedro Simon (PMDB-RS), outro defensor da tese. O parlamentar pelo Piauí chegou a sugerir que os dois pré-candidatos, Anthony Garotinho e Itamar Franco, cheguem a um acordo e se juntem em chapa única para concorrer nas eleições deste ano.

– O PMDB vai participar das



Roosevelt Pinheiro

Mão Santa elogiou Temer, presidente do PMDB, por defender candidatura própria

eleições. Vamos à vitória pela salvação do Brasil – conclamou.

Em aparte, Marcelo Crivella (PRB-RJ) ressaltou a importância do partido na democracia brasileira e apoiou o nome do ex-governador Anthony Garotinho.

Pavan cobra criação de universidade no oeste de SC

Ao comentar a entrega de abaixo-assinado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pela comunidade de Chapecó (SC), que reivindica a instalação de universidade federal na região, o senador Leonel Pavan (PSDB-SC) defendeu a aprovação de projeto de sua autoria, em exame na Câmara, que cria a Universidade Federal do Oeste de Santa Catarina (Ufoeste).

Ele observou que o seu estado só conta com uma universidade federal, localizada em Florianópolis. A ausência de universidade pública no oeste de Santa Catarina favorece o êxodo de jovens para o litoral, o que contribuiria para elevar o custo do ensino e gerar desemprego, disse.

Agricultura

Leonel Pavan também criticou o reduzido volume de crédito liberado pelo governo para os agricultores catarinenses. O parlamentar apontou ainda a ausência de ações pela reforma agrária como responsável pelo aumento de adesões ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).



Roosevelt Pinheiro

Demostenes diz que medidas impõem um freio ao abuso do poder econômico

Demostenes quer uso de novas normas eleitorais este ano

Demostenes Torres (PFL-GO) defendeu a aplicação, nas eleições deste ano, dos procedimentos estabelecidos na minirreforma eleitoral. O parlamentar afirmou que essas normas são importantes para pôr “um freio ao apelo do poder econômico”.

– Acredito que essas medidas estão fora do princípio da anterioridade, uma vez que não estabelecem regras eleitorais, mas sim procedimentos de campanha.

A minirreforma, aprovada pelo Senado na terça-feira, visa reduzir gastos nas campanhas; aumentar a transparência nos financiamentos e aumentar as penalidades para quem desrespeitar a legislação.

Emenda de Plenário aprovada pela Comissão de Justiça estende a obrigatoriedade da execução orçamentária a estados, Distrito Federal e municípios

Decisão sobre fim de voto secreto fica para quarta-feira

Pedido de vista adiou para a próxima quarta-feira a votação, pela Comissão de Justiça, da proposta de emenda à Constituição que acaba com o voto secreto no Congresso. A proposição estabelece o voto aberto, em Plenário, nas decisões sobre perda de mandato parlamentar, veto presidencial e aprovação ou exoneração de autoridades.

O senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) é o primeiro signatário da proposta ((PEC 38/04), que tem como relator Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). Na justificativa, os autores afirmam que a manutenção do voto secreto é um anacronismo e um "atentado ao princípio democrático". Valadares argumenta que o voto aberto é, sobretudo, "atitude de respeito e transparência para com o eleitor".

Durante a reunião, os senadores receberam visita do ex-presidente Itamar Franco e do ex-governador de São Paulo Orestes Quércia, ambos do PMDB.

Aumento para a carreira diplomática passa em comissão

A Comissão de Justiça aprovou ontem projeto de lei da Câmara que dispõe sobre reajuste na remuneração dos integrantes das carreiras de diplomata e de oficial e assistente de chancelaria. A matéria ainda será submetida à votação no Plenário.

A proposta (PLC 17/06), de autoria da Presidência da República e relatada pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), também promove ajuste na remuneração dos servidores do Hospital das Forças Armadas e dos cargos de juiz-presidente e juiz do Tribunal Marítimo.

Com relação aos servidores da área diplomática, a medida incidirá sobre as gratificações devidas, que passarão de 50% para até 100% do vencimento básico, de acordo com a avaliação individual de desempenho e o cumprimento de metas institucionais, conforme a justificativa do projeto. O benefício recebido pelos aposentados será também reajustado, passando dos atuais 10% para 30% do valor máximo da gratificação.



Presidente da CCIJ, Antonio Carlos (E) mantém entendimentos com Rodolpho Tourinho (C) e José Jorge durante a reunião

Lei complementar deverá definir regras para orçamento impositivo

A adoção de um orçamento impositivo no Brasil, prevista em proposta de emenda constitucional (PEC) de autoria do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), deverá ser antecedida de uma lei complementar estabelecendo prazos, procedimentos e regras para implantação do novo sistema.

A elaboração da lei complementar foi sugerida pelo líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), mediante emenda de Plenário aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O objetivo, segundo o senador, é evitar "desorganização do processo orçamentário".

Aprovada agência de proteção a criança e adolescente

Projeto de lei do Senado que cria a Agência Nacional de Proteção à Criança e ao Adolescente foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça. A proposta será votada agora pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), em caráter terminativo.

De autoria do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), o projeto institui a agência com o objetivo de estimular e executar, diretamente ou por meio de convênios, as políticas de proteção à criança e ao adolescente emanadas do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).

Segundo o relator da matéria,

Conforme decidiu a CCJ, a lei complementar deverá entrar em vigor no prazo de 120 dias após a aprovação da proposta de iniciativa de Antonio Carlos (PEC 22/00), – também presidente da comissão –, que torna obrigatória a execução da programação constante da lei orçamentária anual.

A PEC já foi aprovada na comissão e submetida à discussão, em primeiro turno, no Plenário, ocasião em que recebeu emendas, e por isso teve de voltar à CCJ.

A emenda de Mercadante havia sido rejeitada pelo relator da matéria, senador César Borges (PFL-BA), mas acabou sendo acolhida após o líder do governo argumentar que seria impossível

instituir o orçamento impositivo no Brasil sem, antes, se estabelecerem critérios para sua implantação.

Outra emenda de Plenário acatada pela comissão obriga o detalhamento das dotações orçamentárias por unidade da Federação, à exceção das destinadas ao atendimento do serviço da dívida. Foi aprovada ainda emenda estendendo o orçamento impositivo aos estados, aos municípios e ao Distrito Federal.

Também foi acolhida emenda que extingue a Comissão Mista de Orçamento, ao determinar que os projetos orçamentários serão apreciados, separadamente, pelas duas Casas do Congresso.



Segundo Cristovam, nova entidade proporrá diretrizes para o atendimento

Comissão de Justiça projeto originário da Câmara dos Deputados (PLC 87/05) que cria cargos comissionados no Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, com sede no Pará.

Governo pode doar um helicóptero da FAB ao Uruguai

Em meio a grande polêmica, a Comissão de Justiça aprovou ontem projeto originário da Câmara (PLC 16/06) que autoriza o Executivo a doar um helicóptero Esquilo, do acervo da Aeronáutica, para a Armada do Uruguai. Vários senadores criticaram a iniciativa, sob o argumento de que os órgãos de segurança em seus estados encontram-se desaparelhados. A favor da doação, Aloizio Mercadante (PT-SP) ressaltou a importância do "gesto de amizade" ao país vizinho como parte de uma política voltada para a integração no âmbito do Mercosul.

Foi também aprovado projeto de resolução que altera o Regimento Interno do Senado para equiparar as licenças maternidade e paternidade à licença para tratamento de saúde dos parlamentares. Segundo a autora, Patrícia Saboya (PSB-CE), a medida assegura às senadoras gestantes, adotantes ou com guarda judicial de crianças a possibilidade de se afastarem-se por até 120 dias.

CCJ quer dados sobre emissões feitas pelo BMG e Rural

O Banco Central poderá ser obrigado a prestar informações ao Senado sobre a emissão, por parte do Banco BMG e do Banco Rural, de títulos no exterior. Requerimento com essa finalidade, de iniciativa de Alvaro Dias (PSDB-PR), foi acolhido pela Comissão de Justiça. Agora, a proposta será encaminhada ao Plenário para decisão final.

De acordo com o relator, Jefferson Péres (PDT-AM), o pedido está em conformidade com as regras que protegem o sigilo bancário, pois as informações não envolvem dados referentes à movimentação financeira de clientes. Concordando com o autor do requerimento, ele disse ser necessário esclarecer como as duas instituições, em situação financeira difícil, conseguiram levantar no exterior cerca de US\$ 500 milhões por meio de títulos.

O BMG e o Rural estiveram no alvo da CPI dos Correios. No relatório, os dois bancos foram citados por envolvimento na simulação de empréstimos ao PT.



Curso de direção defensiva pode ser dispensado na renovação da CNH

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, em decisão terminativa, projeto do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) que dispensa a exigência dos cursos de direção defensiva e de primeiros socorros, no momento da renovação da carteira, para os motoristas das categorias A e B que tenham sido originalmente habilitados sem cumprir esse requisito – instituído apenas em 1998, pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

A dispensa dos cursos, no entanto, vale apenas para os motoristas que nunca tenham sido punidos com a suspensão do direito de dirigir ou com a cassação da habilitação. O projeto (PLS 276/05) mantém a exigência, ainda, para os condutores que estejam com o exame de aptidão física e mental vencido por prazo superior a cinco anos.

– Seria excessiva a exigência do curso para quem já dirigia antes

do novo CBT. Se o condutor nunca sofreu suspensão ou teve sua licença cassada, significa que ele é capaz de dirigir de forma adequada – argumenta Tourinho.

O projeto foi acolhido com aperfeiçoamentos propostos pelo relator, senador Pedro Simon (PMDB-RS).

Durante o debate da matéria, Aloizio Mercadante (PT-SP) disse concordar com Tourinho no sentido de impedir que a exigência dos cursos se transformasse em mercado adicional para as auto-escolas, mas sugeriu adaptação no projeto para que os cursos e a avaliação fossem mantidos, ainda que pela internet. Tourinho ponderou, no entanto, que essa tecnologia ainda tem uso restrito no país e que sua adoção, nos cursos, poderia dar margem a fraudes.

– Qualquer pessoa poderia fazer a avaliação no lugar de outras – considerou.

CCJ admite utilização de decisões contidas em meio eletrônico

O projeto da Câmara que admite a utilização de decisões disponíveis em mídia eletrônica, inclusive na internet, para fins de interposição de recurso especial dirigido ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) teve parecer favorável aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A proposta (PLC 95/01), que altera o parágrafo único do artigo 541 do Código de Processo Civil, ainda será submetida a votação pelo Plenário.

O PLC 95/01 é de autoria do então deputado Edison Andrino. O relator na CCJ, senador Almeida Lima (PMDB-SE), considera a alteração pertinente e assegura que a matéria está de acordo com as normas de atualização de procedimentos judiciais. Segundo

ele, os tribunais federais já se preparam para adotar códigos de barras nos processos. Almeida Lima também ressalta que já existe permissão legal, concedida às partes em litígio, para a utilização de sistema de transmissão de dados e imagens do tipo *fac-símile* ou modo assemelhado, visando à prática de atos que dependam de petição escrita.

– A jurisprudência demonstrativa da divergência é fruto do próprio tribunal superior a que é submetida. Faz pouco ou nenhum sentido negá-la, apenas por não se revestir de maiores formalidades. O texto das decisões conflitantes, colhido em meio eletrônico, representará apenas a indicação da fonte jurisprudencial gerada no próprio tribunal, e, portanto, de fácil confirmação – observou.

Pagamento de dívida de Lula e quebra de sigilo do caseiro que denunciou Palocci estão entre os cinco “fatos conexos” que, segundo Almeida Lima, exigem investigação

Nova CPI sobre ação do governo obtém 34 assinaturas no Senado

Com a assinatura de 34 senadores, Almeida Lima (PMDB-SE) apresentou ontem à Mesa do Senado Federal pedido para criar comissão parlamentar de inquérito (CPI) destinada a investigar fatos relacionados ao governo e ao presidente da República. Se instalada, a comissão será composta por 15 membros e deverá apurar, no prazo de 180 dias, entre outros fatos, a quebra ilegal do sigilo bancário do caseiro Francenildo Santos Costa e o pagamento de dívida do presidente Lula por Paulo Okamoto, presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas



Almeida Lima quer investigar a quebra de sigilo do caseiro, além de outros fatos

Empresas (Sebrae).

Almeida Lima justificou seu pedido de investigação simultânea de cinco fatos diferentes,

que se encontram detalhados no requerimento, por considerá-los “conexos”, além de apontar vantagem da “economia processual”.

– Ruim seria transformar cinco fatos conexos em fatos autônomos para a instauração de cinco CPIs – observou.

Os senadores terão prazo até a meia-noite do dia em que o requerimento for lido em sessão plenária para apor ou retirar assinaturas. A criação de comissão parlamentar de inquérito exige apoio de, no mínimo, um terço dos membros do Senado, ou seja, 27 parlamentares.

Saturnino: oposição a Lula lembra ação da UDN para difamar Vargas

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) disse ontem, em Plenário, que a maneira como a oposição vem tratando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lembra o “mar de lama”, campanha desferida pela UDN contra o presidente Getúlio Vargas. Segundo o parlamentar fluminense, depois do suicídio de Vargas, em agosto de 1954, ficou claro que as acusações de corrupção ao presidente eram falsas.

O pronunciamento de Saturnino coincidiu com o aniversário de nascimento de Getúlio Vargas. O parlamentar afirmou ter vivido com intensa emoção os momentos finais do governo Vargas, tendo inclusive prestado suas últimas homenagens ao presidente morto, junto com milhares de outros cidadãos que acorreram ao velório.

– Assim como a campanha movida pelos adversários de Getúlio,



“A atual campanha usa a mídia para distorcer fatos”, afirma Saturnino

a atual campanha usa a mídia para distorcer os fatos e difamar o presidente Lula – afirmou Roberto Saturnino.

José Jorge vê uso político de anúncio da Petrobras

A coincidência na veiculação de anúncio da Petrobras sobre a auto-suficiência do país na produção de petróleo e de propaganda gratuita do PT, destacando realizações do governo Luiz Inácio Lula da Silva, levou José Jorge (PFL-PE) a levantar a hipótese de uso político da campanha publicitária da estatal. O pefelista expressou essa preocupação ao constatar que o comercial da Petrobras, veiculado pela TV na terça-feira, foi antecedido por três chamadas do PT, exaltando o Bolsa-Família e a geração de empregos.



José Jorge vê ligação entre campanha da estatal e propaganda gratuita do PT

– Não imaginava que o governo iria associar o início da campanha da Petrobras à veiculação dos anúncios do PT – disse.

Após levantar a suspeita, José Jorge afirmou que o PFL não definiu como irá encaminhar o pedido de apuração da denúncia. Ele acredita que a veiculação do anúncio deveria ser suspensa até se constatar se houve ou não uso político. Ele informou ainda

que a campanha custou R\$ 37 milhões à Petrobras, que teria dobrado os gastos em publicidade no atual governo.

Em aparte, Jefferson Péres (PDT-AM) observou que a auto-suficiência não é obra deste governo, mas uma conquista dos 53 anos de atuação da estatal, consideração endossada por Flexa Ribeiro (PSDB-PA). Para Rodolpho Tourinho (PFL-BA), o governo transformou um fato operacional em feito político.

Já Tião Viana (PT-AC) avaliou como um equívoco a tentativa de impedir que o governo comemore a realização.

– Quem canta parabéns é quem está na festa – destacou.

Sibá Machado (PT-AC) revelou que a Petrobras já trabalha pela auto-suficiência em gás.

Em requerimento ao presidente do Senado, presidente da CPI dos Bingos pede às autoridades brasileiras que se empenhem para obter a liberação das informações

Efraim tenta acessar dados sobre o contrato GTech-Caixa nos EUA

O presidente da CPI dos Bingos, senador Efraim Moraes (PFL-PB), protestou contra a recusa do Securities and Exchange Commission (SEC), dos Estados Unidos – órgão equivalente à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) brasileira –, em compartilhar com a comissão dados referentes ao contrato da empresa norte-americana GTech com a Caixa Econômica Federal e ao ex-assessor da Casa Civil Waldomiro Diniz.

Efraim anunciou o envio de requerimento ao presidente do Senado, Renan Calheiros, pedindo às autoridades brasileiras que se empenhem junto ao governo norte-americano para obter a liberação das informações. Dizendo-se otimista com o sucesso do pleito, ele lançou mão de trecho do *Sermão pelo Bom Sucesso das Armas de Portugal contra as*



Efraim lembra que comissão segue normas sobre sigilo de documentos

de Holanda, do padre Antônio Vieira, para expressar sua visão do impasse: “Não hei de pedir pedindo, senão protestando e argumentando, pois essa é a licença e a liberdade que tem quem não pede favor, senão justiça”.

O senador disse que manteve sigilo sobre as negociações em curso entre o Departamento de

Recuperação de Ativos do Ministério da Justiça (DRCI) e o órgão americano em vista do que ocorreu com a CPI do Banestado, em que informações sigilosas vazaram, levando as autoridades norte-americanas a considerar as comissões parlamentares de inquérito brasileiras desprovidas de confiabilidade.

O presidente da comissão de inquérito elogiou o trabalho do relator, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), que apresentou relatório parcial sobre o caso GTech. Também fez referências positivas sobre o empenho do diretor do DRCI, Antenor Madruga, em obter as informações da instituição dos EUA.

Em aparte, Garibaldi disse acreditar que a comissão será bem-sucedida, conseguirá “desvendar o mistério” e esclarecer os ilícitos envolvendo a GTech.

Presidente da CPI dos Bingos rebate críticas

Ao discursar em Plenário ontem, o senador Efraim Moraes (PFL-PB), presidente da CPI dos Bingos, rebateu críticas ao andamento dos trabalhos da comissão feitas pelo colunista Fernando Rodrigues no jornal *Folha de S. Paulo*. Efraim rechaçou as acusações de que a CPI foi incompetente na convocação, para prestar depoimento, do empresário Roberto Teixeira, compadre do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O senador explicou que a comissão expediu ofício à Polícia Federal (PF) no dia 11 de abril pedindo a intimação de Roberto Teixeira. Entretanto, assinalou o parlamentar, a PF notificou o convocado apenas no dia 17

de abril.

– Deve-se questionar aquela instituição sobre o motivo da demora, ao invés de se tachar a CPI de incompetente – disse Efraim, que também ocupa o cargo de 1º secretário do Senado.

Na avaliação do senador, Roberto Teixeira vem se “esquivando de prestar qualquer declaração à CPI”. Efraim informou que, na última terça-feira, solicitou mais uma vez à PF que intimasse o convocado para depor hoje, às 9h30, durante reunião do colegiado. No entanto, disse o senador, a tentativa foi novamente infrutífera e a PF conseguiu entregar a intimação apenas à esposa de Teixeira. Para Efraim, a comissão pecou por “excesso

de paciência” no caso.

Apartearam o pronunciamento do presidente da CPI dos Bingos os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Heloísa Helena (PSOL-AL) e Arthur Virgílio (PSDB-AM). Suplicy informou que Teixeira foi submetido recentemente a uma “cirurgia grave no coração”. Antonio Carlos afirmou acreditar que o presidente Lula “comanda uma cruzada contra a CPI dos Bingos”.

Depois do pronunciamento de Efraim Moraes, Eduardo Suplicy comunicou ao Plenário que recebeu telefonema de Roberto Teixeira, no qual o empresário confirmou o comparecimento à comissão hoje.

Flexa Ribeiro isenta Almir Gabriel por mortes no Pará

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) rebateu ontem as críticas feitas ao ex-governador do Pará Almir Gabriel, a propósito da passagem dos dez anos do massacre de Eldorado dos Carajás (PA), que resultou na morte de 19 trabalhadores rurais sem terra, em 17 de abril de 1996. Para o senador, há uma tentativa de manchar, “com fins eleitoreiros”, o nome de Almir Gabriel.

Segundo Flexa Ribeiro, as acusações dos que tentam imputar a responsabilidade pelo massacre ao ex-governador se mostram absurdas, pois o Superior Tribunal de Justiça, acatando argumentação do Ministério Público Federal, determinou o arquivamento da ação que tenta responsabilizar Almir Gabriel pelas 19 mortes.

Respondendo àqueles que, na mesma linha de críticas ao ex-governador, voltaram a apontar a existência de um esquema que assegura a impunidade dos responsáveis pela morte dos agricultores, o senador lembrou que tanto o coronel Mário Pantoja,



Para Flexa Ribeiro, querem manchar, “com fins eleitoreiros”, nome de Almir Gabriel

comandante da tropa, quanto seu auxiliar, o major José Maria de Oliveira, foram condenados. No entanto, disse, se eles estão em liberdade isso se deu por decisão do Supremo Tribunal Federal, até julgamento final dos recursos interpostos aos tribunais superiores.

Flexa Ribeiro ainda registrou em Plenário decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) dando ganho de causa a uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin) em favor da Lei de Incentivos Fiscais do Pará. O senador considerou injustificada a postura do Partido dos Trabalhadores e de deputados do PT de outros estados, que entraram com a referida ação na Justiça para impedir a aplicação da lei.

Papaléo anuncia projeto para anistiar pequenos produtores

Papaléo Paes (PSDB-AP) declarou ontem que apresentará projeto de lei para anistiar os pequenos produtores rurais das multas aplicadas entre janeiro de 2004 e dezembro de 2005 pela fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego. Essa anistia, ressaltou ele, seria destinada às propriedades localizadas em municípios onde tenha sido decretado estado de emergência ou de calamidade pública, “devidamente reconhecido pela União”.

Segundo Papaléo, os produtores rurais do Nordeste enfrentaram, desde 1990, oito períodos de seca e inundações durante dois anos. Já no Sul do país, assinalou o senador, “uma estiagem sem



Papaléo quer anistia para multas aplicadas entre janeiro de 2004 e dezembro de 2005

precedentes obrigou 33 municípios do Rio Grande do Sul a declarar situação de emergência nos últimos dois anos”.

– E as áreas produtoras de meu estado, o Amapá, assim como as de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Piauí tampouco escaparam dos rigores do clima – afirmou ele, frisando “a situação particularmente difícil do agricultor de pequeno porte”.



Antonio Carlos relata projeto que exige visto de entrada para turistas no Brasil

ACM defende reciprocidade de tratamento para turistas norte-americanos

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) defendeu a aprovação de seu relatório sobre o projeto de lei que trata da exigência de visto de entrada para turistas no Brasil. A proposta (PLS 151/05) tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado. Mas, ao contrário do autor da proposta, o senador Pau-

lo Octávio (PFL-DF), Antonio Carlos é favorável ao princípio da reciprocidade de tratamento em relação aos turistas norte-americanos.

Antonio Carlos citou frase que o atual embaixador do Brasil em Washington, Roberto Abdenur, teria dito há cerca de dois anos, segundo a qual os brasileiros

“são humilhados e maltratados ao tentarem obter o visto de entrada nos Estados Unidos”. O senador também afirmou que “os norte-americanos que estão no Brasil devem ser tratados da mesma forma que os brasileiros são tratados nos Estados Unidos”.

Segundo Antonio Carlos, Aloizio Mercadante (PT-SP) e outros

parlamentares apresentaram uma “fórmula” que insere no projeto a exigência da reciprocidade. Mas, conforme ele, Paulo Octávio não concordou com essa solução. Antônio Carlos argumentou ainda que o fluxo turístico norte-americano para o Brasil não justifica a ausência do princípio da reciprocidade.



Conquista da auto-suficiência seria improvável no governo FHC, diz Sibá

Sibá compara Petrobras nos governos FHC e Lula

Ao comemorar a conquista da auto-suficiência na produção de petróleo no Brasil, Sibá Machado (PT-AC) traçou um paralelo entre a gestão da Petrobras durante os governos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Lula.

Sibá explicou que a auto-suficiência significa para o país a obtenção de um nível de produção capaz de garantir o abastecimento de todo o mercado nacional por, no mínimo, 18 anos. Ele disse que a meta dificilmente seria atingida no governo FHC devido ao fato de a Petrobras ser levada, à época, a se associar com empresas privadas estrangeiras que tinham como principal interesse a exportação de petróleo.



Gilvam cobra tratamento isonômico entre professores federais e de ex-territórios

Gilvam: docentes do Amapá têm direito a gratificação federal

Gilvam Borges (PMDB-AP) afirmou que os professores do seu estado não recebem a gratificação específica de atividade docente do ensino fundamental (Gead), e comunicou que solicitou audiência sobre o assunto ao ministro do Planejamento, Paulo Bernardo.

– A lei diz que os professores dos ex-territórios e os professores federais pertencem ao mesmo plano de cargos e salários. Logo, tratá-los diferentemente é ferir um princípio fundamental.

No final do mês passado, comunicou Gilvam, a Justiça expediu liminar reconhecendo os direitos dos professores do ex-território do Amapá de receber a Gead.

Audiência conjunta pública das comissões de Serviços de Infra-Estrutura, de Assuntos Sociais e de Desenvolvimento Regional e Turismo vai ouvir interessados na questão

Jefferson pede ao governo que salve a Varig. Senadores apóiam

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) iniciou ontem mobilização no Senado para que o governo interfira nas negociações para salvar a companhia aérea Varig da asfixia financeira e reestruturá-la. Além de encaminhar manifesto ao presidente Lula, os senadores vão realizar audiência conjunta das comissões de Serviços de Infra-Estrutura, de Assuntos Sociais e de Desenvolvimento Regional e Turismo com o objetivo de ouvir os interessados na questão.

De acordo com o senador, “o Estado tem a obrigação moral e estratégica de propiciar o saneamento de uma empresa de grande importância econômica, que prestou relevantes serviços ao país, que é um ícone positivo de identificação do Brasil mundo afora e da qual dependem 11 mil trabalhadores”.

O senador leu trecho de artigo publicado em 2001 pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, em defesa da ajuda governamental às empresas aéreas brasileiras. A matéria foi assinada pelo então presidente do PT, Luiz Inácio Lula da Silva.

“Empresas aéreas nacionais estão falindo, milhares de trabalhadores continuam perdendo seus empregos, divisas estrangeiras deixam de entrar no Brasil e o nosso país perde cada vez



Jefferson vê contradição entre o que Lula defendia em 2001 e o que pratica hoje

mais capacidade competitiva. Até quando, senhor presidente?” – dizia Lula no artigo, dirigindo a pergunta final ao então presidente, Fernando Henrique Cardoso.

Jefferson lamentou que o hoje presidente Lula negue o apoio financeiro à Varig, até porque o governo deve R\$ 4 bilhões à companhia aérea – valor definido pela Justiça, em última instância.

– É falsa a afirmação de Lula de que a empresa está falida. A Varig se encontra em recuperação judicial. Tem plenas condições de se reerguer, conforme a palavra do juiz que cuida do caso. Eu não defenderia dinheiro público para empresa falida ou recompensar a gestão temerária – disse.

Em aparte, Pedro Simon (PMDB-RS) acusou o governo de tentar favorecer a TAM ao propor que ela incorpore a Varig.

Fotos: Roosevelt Pinheiro

Arthur Virgílio (PSDB-MA) disse que o governo induziu a Varig a maus negócios em prol de “uma política externa questionável” quando solicitou que a companhia ampliasse linhas internacionais não rentáveis. O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) lembrou que o BNDES tem liberado recursos para diversas empresas, como a Rede Globo.

O discurso de Jefferson recebeu ainda o apoio dos senadores Ramez Tebet (PMDB-MS), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Flávio Arns (PT-PR), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Heráclito Fortes (PFL-PI), Roberto Saturnino (PT-RJ), Eduardo Suplicy (PT-SP), Efraim Morais (PFL-PB) e Paulo Paim (PT-RS), que está colhendo assinaturas para o manifesto.

Apesar de, em tese, defenderem uma saída para a Varig, os senadores Sibá Machado (PT-AC) e Ney Suassuna (PMDB-PB) sugeriram um exame mais aprofundado do problema, uma vez que a situação financeira da companhia difundida pela diretoria da empresa, segundo eles, não corresponde à realidade. Ambos pregaram a necessidade de maiores concessões por parte dos empregados da Varig, o que foi condenado por Heloísa Helena (PSOL-AL) e por Jefferson.



Paim salienta a importância do colegiado para a cidadania e a inclusão dos indígenas

Paim enaltece criação de comissão para o índio

O senador Paulo Paim (PT-RS) registrou o transcurso do Dia do Índio, comemorado ontem, lembrando que na terça-feira o Congresso aprovou requerimento para a criação de uma comissão mista temporária voltada para a discussão de ações na área de saúde, educação e demarcação de terras para os indígenas.

Paim salientou a importância do futuro colegiado para a inclusão do índio no cenário político, econômico e social do país.

Presidindo a sessão, Efraim Morais (PFL-PB) informou que já foram expedidos ofícios aos líderes dos partidos na Câmara e no Senado solicitando que indiquem os integrantes da comissão.



Ideli elogia o governo pela realização da Conferência Nacional dos Povos Indígenas

Ideli destaca política social de Lula para povos indígenas

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), elogiou a realização da 1ª Conferência Nacional dos Povos Indígenas, em Brasília. Ela assinalou que o evento discutiu, de 12 a 19 de abril, a participação do índio no processo político e a sua inclusão no debate sobre o seu próprio futuro. Segundo Ideli, Lula foi o responsável por instituir a conferência, concretizada pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

– Entre os temas debatidos estão a promoção dos direitos dos jovens indígenas, a demarcação de terras, um novo Estatuto do Índio e ações nas áreas de saúde e educação – salientou.

Valadares faz alerta sobre uso dos recursos hídricos

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) destacou que, se uma em cada cinco pessoas já não tem acesso a água potável, essa privação poderá alcançar metade da população mundial dentro de 15 anos. A perspectiva dramática foi, segundo o senador, traçada em relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) para o uso dos recursos hídricos nos próximos anos, apresentado no último Fórum Mundial da Água, realizado no final de março, na Cidade do México.

Além de retratar como “absolutamente calamitosa” a disponibilidade de água na África Subsaariana, o estudo da ONU revela que uma em cada cinco pessoas já não dispõe de água potável. Valadares observa que a crescente



Valadares relata perspectivas dramáticas apresentadas no Fórum Mundial da Água

urbanização mundial também é apontada como agravante. Assim, o documento prevê que, em 2007, metade da Humanidade se concentrará em centros urbanos, vivendo em áreas precárias sem água e saneamento.

Em relação ao Brasil, que

concentra 12% da água doce do planeta, Valadares acredita que a boa administração dos recursos hídricos nacionais passa por uma gestão compartilhada entre governos, e não por imposições e pressões internacionais.

O parlamentar disse ser preciso “reagir à tentativa de alguns países de transformar a água em bem público e inserir as reservas hídricas brasileiras em tratados internacionais da Organização Mundial do Comércio (OMC)”.

Outra questão abordada por Valadares foi a aprovação pelo Senado da chamada “minirreforma eleitoral”, que reduz os gastos nas campanhas.

– Foi uma luta titânica de quem deseja transparência e igualdade na disputa – comentou.



Geraldo Magela

Marco Maciel cobra qualificação e salários mais dignos para os educadores

Maciel: sem investir em educação, Brasil perde a corrida da competitividade

O senador Marco Maciel (PFL-PE) defendeu ontem, em Plenário, a adoção de políticas públicas destinadas a garantir maior eficiência à educação, em todos os níveis, sob pena de o Brasil ficar aquém das demais economias, especialmente no mundo globalizado, que requer, segundo ele, cada vez mais qua-

lificação e competitividade. Para que o Brasil responda aos desafios da modernidade, disse, será necessário investir em pesquisa, ciência e tecnologia.

Maciel destacou o pouco tempo, cerca de quatro horas diárias, que os alunos matriculados no ensino fundamental permanecem na escola e afirmou que o nível

de aproveitamento escolar nesse período é muito baixo no país. Ele apontou também a necessidade urgente de qualificação dos educadores e de salários mais dignos para a categoria.

Para Maciel, a força potencial do povo brasileiro é prejudicada pela falta de políticas públicas permanentes no campo da edu-

cação. O senador lembrou que o educador Anísio Teixeira já dizia que a educação é questão de Estado, e não de governo, e citou o exemplo da Alemanha após a Segunda Guerra Mundial, que teria sido reconstruída em curto período de tempo graças ao alto nível de alfabetização e formação cultural do povo daquele país.

Crivella quer impedir penitenciárias em cidades turísticas



Roosevelt Pinheiro

Marcelo Crivella (PRB-RJ) informou ontem que apresentou projeto para proibir a construção de presídios em localidades turísticas. Para ele, uma rebelião de presos pode trazer grandes prejuízos à cidade que vive de receber turistas.

– Quem vai querer fazer turismo em uma cidade onde a qualquer momento pode haver fuga de presos perigosos? – indagou o parlamentar.

Crivella anunciou que pretende convencer o governo federal a instalar uma universidade em Friburgo (RJ), já que os jovens do município, fundado por imigrantes suíços em 1820, são obrigados a enfrentar um trânsito perigoso para estudar na capital.

Suplicy homenageia premiado com “Nobel da Arquitetura”



Roosevelt Pinheiro

Eduardo Suplicy (PT-SP) homenageou ontem Paulo Mendes da Rocha, que acaba de receber o prêmio internacional Pritzker 2006 – considerado o Nobel da Arquitetura

– pelos 50 anos de profissão.

De acordo com o representante paulista, Paulo Mendes da Rocha “é um arquiteto inovador, mestre na arte de criar espaços de convívio humano”.

Entre os projetos do arquiteto estão a sede do Clube Atlético Paulistano, o Museu Brasileiro da Escultura, o Museu de Arte de Campinas (SP) e a revitalização da Praça do Patriarca, no centro da capital paulista.

Projeto sobre proibição de taxas pode prejudicar alunos carentes

Representantes do governo e de instituições federais advertem que proibição explícita da cobrança de taxas em universidades públicas poderá dificultar a permanência de alunos pobres

A possível aprovação, pelo Senado, do projeto que pretende tornar explícita a proibição de cobrança de taxas em estabelecimentos oficiais de ensino (PLC 40/05) poderá dificultar a permanência de alunos pobres nas universidades federais. A advertência foi feita por representantes do governo e das instituições federais durante audiência pública realizada ontem pela Comissão de Educação (CE).

Já aprovado pela Câmara, o projeto acrescenta à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que já estabelece a gratuidade do ensino público em estabelecimentos

oficiais, a expressão “vedada a cobrança de contribuições e taxas de qualquer natureza dos graduandos e graduados”.

– O projeto foi apresentado com o objetivo de preservar o ensino gratuito. Mas é por meio da cobrança de pequenas taxas, como a destinada à expedição de diplomas, que as universidades conseguem manter programas de permanência de estudantes carentes, além de restaurantes subsidiados e moradias estudantis – disse o vice-presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes),

Paulo Speller.

Segundo o representante da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, Ronaldo Tadeu Pena, caso o projeto se transforme em lei, poderá haver sérias consequências sobre a atual estrutura das instituições federais. O coordenador regional do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace), Kleber Salgado Bandeira, afirmou que 65% dos estudantes das universidades públicas federais provêm de famílias de baixa renda, muitos deles recebendo bolsas de manutenção de aproximadamente R\$ 120.



Célio Azevedo

Ao lado de Pavan, Bandeira e Pena, Speller (D) diz que cobrança de taxas permite programas para estudantes carentes nas universidades

Pagamento “simbólico” tem apoio de senadores

O pagamento de taxas consideradas “simbólicas”, realizado pelos estudantes das universidades públicas com maior poder aquisitivo, foi defendido pela maioria dos senadores que participaram da audiência pública para debater o Projeto de Lei da Câmara 40/05. Eles são contrários ao PLC, que exime os estudantes do ensino público de qualquer pagamento.

O senador Paulo Paim (PT-RS)

ressaltou a necessidade de os que “foram aquinhoados pela vida” contribuírem para o incremento da educação brasileira e defendeu o pagamento de taxas pelos estudantes com renda familiar elevada e, mais uma vez, o estabelecimento de cotas raciais nas universidades. Paim discordou de posição manifestada pelo senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), relator do projeto, de que o estudo deve ser gratuito para qualquer aluno,

rico ou pobre, conforme prevê a Constituição.

Já o senador Flávio Arns (PT-PR) defendeu uma distribuição igualitária dos recursos provenientes da União para as universidades brasileiras. Ele citou levantamento feito por sua assessoria que indica que os repasses são discrepantes entre os estados: enquanto o Paraná recebe R\$ 500 milhões por ano, o Rio Grande do Sul recebe R\$ 1,5 bilhão.



Roosevelt Pinheiro

Tourinho: pelo acúmulo inflacionário, perdas salariais chegam a 60%

Tourinho pede reposição de perdas para aposentados

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) afirmou ontem, em Plenário, que os aposentados brasileiros são os que mais sofrem os impactos da inflação, em virtude de doenças e da necessidade de remédios de uso continuado. Segundo Tourinho, o recente reajuste concedido pelo governo federal (5%) para aposentadorias acima de um salário mínimo representa aumento real de menos de 1%.

Tourinho informou que os movimentos e sindicatos de aposentados e pensionistas brasileiros estão exigindo do governo federal a “imediate correção das perdas salariais da categoria”, que, frisou o senador, pelo acúmulo inflacionário, chegam a 60%.

– E não há nenhum movimento por parte do governo no sentido de que haja algum tipo de reposição para essas perdas – assinalou Tourinho, ao lamentar a interrupção das negociações entre Ministério da Previdência, governo federal e entidades representativas da classe.

O parlamentar aproveitou para solicitar apoio dos colegas senadores à aprovação do Projeto de Lei do Senado 58/03, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS). Como relator da proposta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Rodolpho Tourinho informou que a matéria prevê a atualização das aposentadorias e pensões pagas pela Previdência Social aos seus segurados e, pela União, aos seus inativos e pensionistas.